

PRESERVAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Pedro Tiago Pereira de Sousa¹; Gean Carlos Pereira de Lucena¹; Leonardo Souza do Prado Junior¹; Tamires dos Santos Pereira²

1- *Universidade Federal de Campina Grande, Engenharia Ambiental*, pablorodriguesdacosta@gmail, geancarloseng.ambiental@gmail.com, leonardojuniorprado@hotmail.com

2- *Universidade Federal de Campina Grande, Doutorado em Engenharia de Processos*, tsantosp16@gmail.com

Introdução

As unidades de conservação são áreas de um determinado bioma, que buscam garantir a fauna, flora e demais espécies presentes, preservando o habitat, e o ecossistema como um todo, sendo considerado uma das melhores forma de preservação dos recursos naturais de modo geral, podendo ser criado pelos governo federal, estaduais, municipais, sendo dividida em unidade de proteção integral, é de uso sustentável, com isso levou a criação da lei número 9.985 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000).

Por definição unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

A formação de áreas de proteção conhecidas como Unidade de Conservação (UC) é vista de grande importância na preservação dos ecossistemas, permitindo uma busca constante pela conservação e proteção do meio ambiente (DRUMMOND, 1999).

Objetivou-se com o presente estudo realizar um levantamento das unidades de conservação no Semiárido brasileiro assim como sua extensão territorial e a proporção das unidades de conservação nos estados do Semiárido brasileiro em relação ao território nacional e sua evolução em um período de quatro anos.

Metodologia

A metodologia está baseada numa pesquisa bibliográfica e descritiva, a coleta de dados se deu através dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) disponibilizados no SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática) que objetivam acompanhar a sustentabilidade do

padrão de desenvolvimento do país. A apresentação dos indicadores segue o marco ordenador proposto em 2001 e revisto em 2007 pela ONU – Organização das Nações Unidas, que organiza os temas em dimensões (Ambiental, Social, Econômica e Institucional). A dimensão ambiental trata dos fatores de pressão e impacto, e está relacionada aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais a qualidade de vida das gerações atuais e em benefício das gerações futuras. Estas questões aparecem organizadas nos temas atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento. A maioria destes temas reúne indicadores que expressam pressões sobre o ambiente e envolvem questões pertinentes à política ambiental, além de terem forte influência na saúde e na qualidade de vida da população.

O conjunto de indicadores selecionados representa uma mostra de informações disponibilizadas pelo IBGE e por diversas outras instituições, que possuem uma base estatística sólida, e cuja reunião está dirigida a subsidiar o debate sobre o desenvolvimento e as características da sustentabilidade em nosso País.

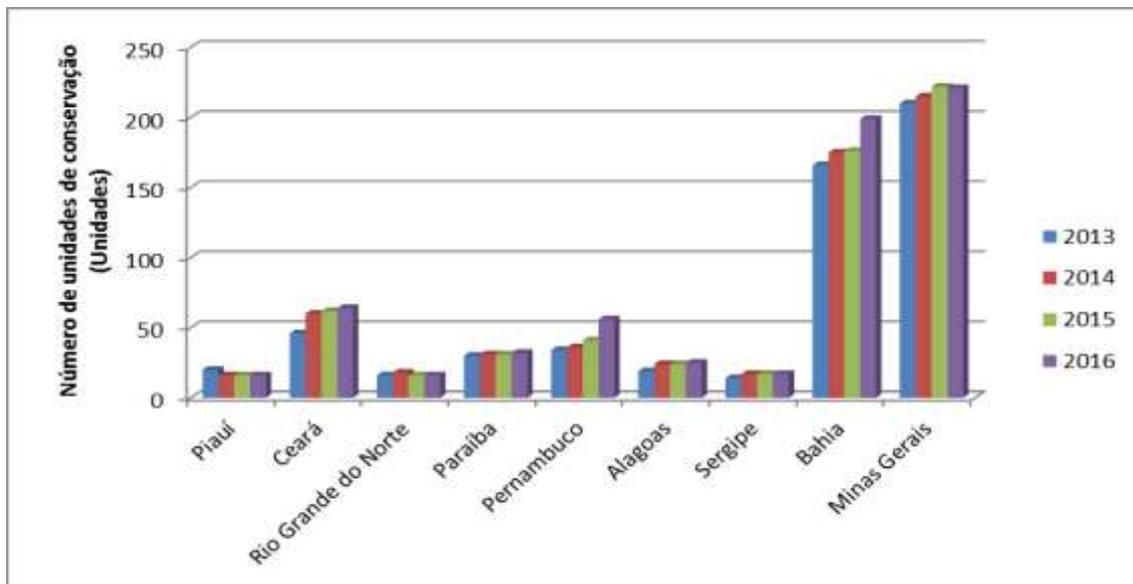
Resultados e discussão

A pesquisa teve como premissa a analisar a evolução nas Unidades de Conservação do Semiárido brasileiro, o bioma presente no semiárido é a caatinga abrigando uma grande diversidade de espécies tanto da flora como de fauna, sendo em sua maior parte endêmicas do Nordeste Brasileiro (CASTELLETTI, 2003).

As unidades de conservação surgiram em terras brasileiras devido à notável destruição dos biomas. Os mais afetados são a Mata Atlântica, da qual restam somente 8% da mata original, e o Cerrado, que ocupa 61,8% da área original, estando estes dois entre os mais ameaçados do mundo. (MACHADO et al., 2004).

A Figura 1 mostra as unidades de conservação presentes no semiárido brasileiro no intervalo de 2013 a 2016.

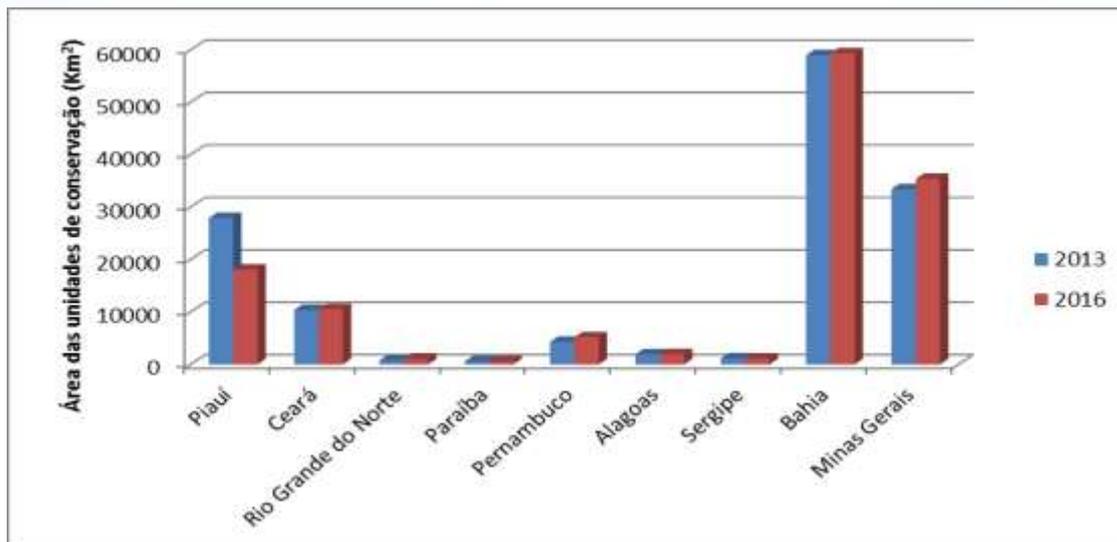
Figura 1: Unidades de conservação no Semiárido brasileiro



Na Figura 1 é possível perceber os estados da de Minas Gerais, Bahia e Ceará apresentam um número de unidades de consideravelmente superior aos demais estados do semiárido; no último ano o Pernambuco e a Bahia apresentaram o maior aumento de unidades de conservação, com um aumento de 15 unidades e 23 respectivamente. Já o estado do Piauí apresentou um leve decréscimo durante os anos avaliados.

A Figura 2 mostra a extensão territorial das unidades de conservação nos estados Semiárido brasileiro.

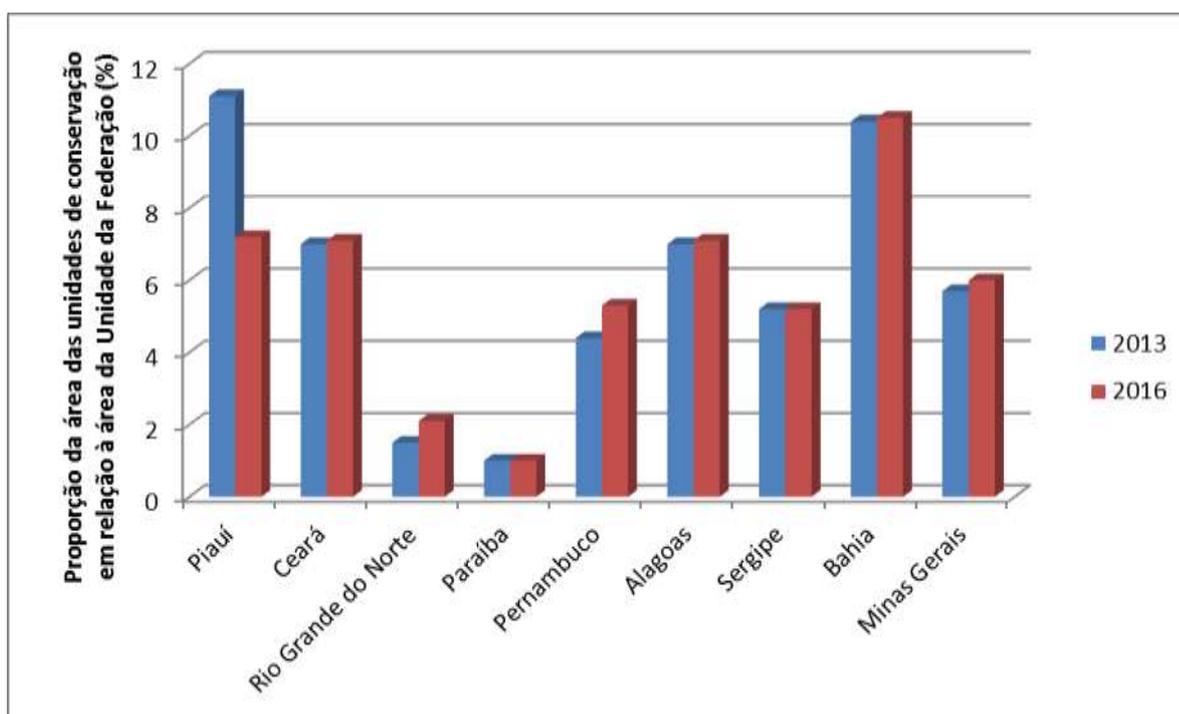
Figura 2: Extensão territorial das unidades de conservação nos estados Semiárido brasileiro



Na figura 2 observa-se que os estados com maiores extensão das áreas de unidades de conservação são a Bahia, Minas Gerais e Piauí, que apesar da redução ocorrida entre 2013 e 2016 ainda apresenta maior extensão que os demais estados.

A Figura 3 mostra a proporção das unidades de conservação nos estados do Semiárido brasileiro em relação ao território nacional.

Figura 3: Proporção das unidades de conservação nos estados do Semiárido brasileiro em relação ao território nacional



Conforme a Figura 3 é possível perceber que em relação ao território do País, atualmente a Bahia encontra-se com a maior proporção de área protegida, seguida do Ceará e Alagoas, a Paraíba encontra-se como última colocada no semiárido brasileiro em relação ao território nacional.

Conclusões

Os indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável. Devem ser vistos como um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável e não como um fim em si mesmos. Valem mais pelo o que apontam que pelo seu valor absoluto e são mais úteis quando analisados em seu conjunto que o exame individual de cada indicador.

O semiárido brasileiro apresenta 51,5% das unidades de conservação em relação ao território nacional, sendo as unidades de conservação de fundamental importância para a preservação dos ecossistemas, proporcionando pesquisas científicas, manejo e educação ambiental na busca pela conservação do meio ambiente.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. . **Áreas protegidas:** Unidades de conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/criacao-ucs>>. Acesso em: 01 out. 2017.

BRASIL. PRESIDENCIA DA REPUBLICA. . **Lei 9985.** 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 01 out. 2017.

BRASIL. CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. . **Tabela consolidada das Unidades de Conservação.** 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dap_cnuc2/_arquivos/uc_por_esferacnuc_31jan2012_119.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

BRASIL. CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. . **Tabela consolidada das Unidades de Conservação.** 2016. Disponível em: <

http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/521256/RESPOSTA_PEDIDO_CNUC_Agosto%20-%20Categorias.pdf >. Acesso em: 01 out. 2017.

MENDES, Marlete Moreira de Sousa. **Categorias e distribuição das Unidades de Conservação do estado do Piauí.**2008. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed2ano1_artigo02_Marlete_Mendes.PDF>. Acesso em: 01 out. 2017.

SOUSA, S. A. M.; SOUZA, M. J. N.. **Unidades de conservação no contexto do bioma caatinga: o caso do monumento natural dos monólitos de Quixadá – CE.** Disponível em: <http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos_expandidos/eixo2/010.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.